

Relatório de Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S. as Demonstrações Contábeis do primeiro semestre de 2021 da Cooperativa de Crédito Sul-Litorânea do Espírito Santo – Sicoob Sul Litorâneo em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

1. Política Operacional

Em 2021, o Sicoob Sul Litorâneo completa 32 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

1.1 Pandemia Coronavírus (Covid-19)

No exercício de 2020, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No primeiro semestre de 2021, o mercado apresentou uma melhora em função do avanço da vacinação e a queda da quantidade de óbitos.

O Sicoob ES adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas e pelo Ministério da Saúde, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos seus colaboradores, associados e a sociedade.

Ao mesmo tempo, o Sicoob ES tem trabalhando para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparado para continuar atendendo às demandas de seus associados.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

1.1.1 Aplicativo Sicoob

Por meio do aplicativo Sicoob, é possível realizar operações como pagamentos, consultas de saldos e extratos, transferências, investimentos, débito automático, empréstimos (simulação e contratação), extrato das faturas de cartões, depósitos de cheques e até recarga de celular.

O aplicativo Sicoob, que reúne mais de 140 operações, pode ser usado para adquirir produtos e serviços de forma simples, como investimentos, seguros e consórcios. O atendimento por meio de chat e WhatsApp também têm facilitado o relacionamento com os atendentes sem a necessidade de ir até a agência.

É possível a contratação de crédito de forma automática pelos associados. Essas funcionalidades também estão disponíveis na internet banking, que pode ser acessado pelo endereço eletrônico www.sicoobes.com.br.

1.1.2 Crescimento

O Sicoob ES no primeiro semestre de 2021, considerando a data base de 31/12/2020 obteve um aumento nos depósitos que cresceram 8,06%, alcançando R\$ 7,7 bilhões e a carteira de crédito do Sicoob ES registrou R\$ 6,6 bilhões que representa um aumento de 8,72%. Comparando com a data base 30/06/2020, o crescimento em depósitos foi de 26,68% e da carteira de crédito foi de 29,25%.

2. Nosso Desempenho

2.1) Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		Variação
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020	
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	17.554	13.140	33,59
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.398	5.061	6,66
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	2.076	640	224,38
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	9.335	7.870	18,61
Receitas com Ato Não Cooperativo	4.355	3.431	26,93
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	13.853	12.315	12,49
Despesas Tributárias	434	418	3,83
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	2.739	2.640	3,75
Ingressos de Depósitos Intercorrelativos	4.064	4.227	(3,86)
Juros ao Capital	792	947	(16,37)
Sobras Brutas do Exercício	13.264	9.518	39,36

Contribuíram para compor a Sobra do primeiro semestre de 2021:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas: que obtiveram um aumento de 18,61%, o resultado da intermediação financeira aumentou 33,59% e a receita com ato não cooperativo aumentou 26,93% em relação ao mesmo período de 2020.

A no primeiro semestre de 2021 ocorreu um aumento de 224,38% na receita de recuperação de prejuízo comparado com o mesmo período do ano anterior.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foram de 67,39%. 3,48% maior comparado com primeiro semestre de 2020.

2.2) Dados Patrimoniais

Balço Patrimonial	Em Milhares R\$		Variação
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020	
Ativos Totais	605.008	488.058	23,96
Centralização Financeira	289.918	277.731	4,39
Carteira de Crédito	275.283	180.210	52,76
Depósitos	414.572	337.853	22,71
Patrimônio Líquido	126.915	111.262	14,07
Patrimônio de Referência (PR)	116.161	101.750	14,16

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no primeiro semestre de 2021:

O total de ativos atingiu a marca de R\$ 605.008 mil ao final do primeiro semestre de 2021, com crescimento de 23,96% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para seus associados.

Os valores de centralização financeira que são os valores que Cooperativa tem depositado na administração financeira realizada no Sicoob Central ES atingiu em 30/06/2021 o saldo de R\$ 289.918 mil, tendo assim, um crescimento com relação ao mesmo período em 2020 de 4,39%.

Em 30 de junho de 2021 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$ 275.283 mil, com crescimento de 52,76% em relação a 30 de junho de 2020.

Os depósitos obtiveram um aumento de 22,71% considerando o mesmo período de 2020, atingindo no final do primeiro semestre de 2021 o montante de R\$ 414.572 mil.

O patrimônio líquido cresceu 14,07% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo

assim o valor de R\$ 126.915 mil.

2.2.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Carteira de Crédito	30/06/2021			30/06/2020			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	16.221	74	16.295	14.078	880	14.958	1.337	8,94
Crédito Comercial	49.071	209.917	258.988	37.813	127.439	165.252	93.736	56,72
Total	65.292	209.991	275.283	51.891	128.319	180.210	95.073	52,76

3) Pessoas

Contávamos com 92 colaboradores no final do primeiro semestre de 2021. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 4.807 mil.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidas a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No final de junho de 2021, houve uma concentração de 82,88% nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Banco Sicoob.

No primeiro semestre 2021, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 30 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, 13 foram classificadas precedentes, todas as demais foram resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Alfredo Chaves – ES, 16 de julho de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Demonstração de Resultado Abrangente

(em 30/06/2021 e de 2020 - em milhares de R\$)

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	13.264	9.518
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	13.264	9.518

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balço Patrimonial

(em 30/06/2021 e de 31/12/2020 - em milhares de R\$)

Descrição	Notas	30/06/2021	31/12/2020
ATIVO		605.008	576.741
DISPONIBILIDADES	4.a	8.875	5.731
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		589.060	568.794
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.	19.967	19.267
Relações Interfinanceiras		289.918	298.346
Centralização Financeira	6.	289.918	298.346
Operações de Crédito	7.	275.283	248.060
Outros Ativos Financeiros	8.	3.892	3.121
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(22.348)	(18.591)
(-) Operações de Crédito	7.	(21.809)	(18.087)
(-) Outras	8.1	(539)	(504)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9.	367	98
OUTROS ATIVOS	10.	9.206	2.285
INVESTIMENTOS	11.	17.388	16.504
IMOBILIZADO DE USO	12.	6.768	5.916
INTANGÍVEL	12.	370	370
(-) DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	12.	(4.678)	(4.366)
TOTAL DO ATIVO		605.008	576.741
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		605.008	576.741
DEPÓSITOS	13.	414.572	402.540
Depósitos à Vista		166.151	161.575
Depósitos Sob Aviso		1.355	1.347
Depósitos à Prazo		247.066	239.618
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		49.251	45.876
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14.	16.077	11.484
Relações Interfinanceiras		22.300	19.841
Repasses Interfinanceiros	15.	22.300	19.841
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16.	10.318	11.897
Outros Passivos Financeiros	17.	556	2.654
PROVISÕES	18.	2.468	2.204
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	19.	431	738
OUTROS PASSIVOS	20.	11.371	8.764
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		126.915	116.619
CAPITAL SOCIAL	22.a	64.202	60.501
RESERVAS DE SOBRAS		50.241	50.241
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		12.472	5.877
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		605.008	576.741

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(em 30/06/2021 e de 2020 - em milhares de R\$)

Eventos	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Sobras ou Perdas Acumuladas	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019	54.829	(511)	41.825	226	6.811	103.180
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	989	(46)	-	-	-	943
Por Devolução (-)	(1.432)	-	-	-	-	(1.432)
Estorno de Capital	(1)	-	-	-	-	(1)
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	-	9.518	9.518
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(947)	(947)
Saldos em 30/06/2020	54.385	(557)	41.825	226	15.382	111.261
Saldos em 31/12/2020	61.064	(563)	49.969	272	5.877	116.619
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	5.753	-	-	-	(5.877)	(124)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	1.021	(118)	-	-	-	903
Por Devolução (-)	(2.955)	-	-	-	-	(2.955)
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	-	13.264	13.264
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(792)	(792)
Saldos em 30/06/2021	64.883	(681)	49.969	272	12.472	126.915

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de Sobras ou Perdas

(em 30/06/2021 e de 2020 - em milhares de R\$)

Descrição	Notas	30/06/2021	30/06/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		25.715	21.669
Operações de Crédito	7.h	21.402	17.252
Ingressos de Depósitos Interooperativos	6.1	4.064	4.227
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1	249	189
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		-	1
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(9.495)	(9.363)
Operações de Captação no Mercado	13.b	(3.545)	(3.852)
Operações de Empréstimos e Repasses	27.	(552)	(450)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.i	(5.398)	(5.061)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		16.220	12.306
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(2.213)	(2.223)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	25.	5.549	4.561
Rendas de Tarifas	26.	3.786	3.309
Dispêndios e Despesas de Pessoal	28.	(4.807)	(4.681)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	29.	(7.422)	(6.337)
Dispêndios e Despesas Tributárias	30.	(434)	(418)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	31.	2.739	2.640
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	32.	(1.624)	(1.297)
PROVISÕES	33.	(259)	(16)
Provisões/Reversões para Contingências	33.1	(50)	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	33.2	(209)	(16)
RESULTADO OPERACIONAL		13.748	10.067
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	34.	51	(44)
Lucros em Transações com Valores e Bens		10	29
Ganhos de Capital		6	6
Outras Rendas Não Operacionais		40	-
(-) Perdas de Capital		(5)	(79)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		13.799	10.023
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	20.c	(535)	(505)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		13.264	9.518
JUROS AO CAPITAL	24.	(792)	(947)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		12.472	8.571

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

(em 30/06/2021 e de 2020 - em milhares de R\$)

Descrição	30/06/2021	30/06/2020 (Reclassificado)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	13.799	10.023
Distribuição de Sobras e Dividendos	(884)	(1.033)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	5.398	5.061
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	209	16
Provisões/Reversões para Contingências	50	-
Depreciações e Amortizações	314	311
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	18.886	14.378
Aumento (redução) em ativos operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(699)	(11.462)
Títulos e Valores Mobiliários	-	40
Operações de Crédito	(28.529)	(4.496)
Outros Ativos Financeiros	(1.107)	(177)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(269)	(247)
Outros Ativos	(6.921)	(556)
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Depósitos à Vista	4.577	30.228
Depósitos sob Aviso	8	(108)
Depósitos a Prazo	7.448	31.307
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	4.594	4.742
Relações Interfinanceiras	2.459	592
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(1.579)	1.579
Outros Passivos Financeiros	(2.099)	(2.175)
Provisões	5	6
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	(307)	(159)
Outros Passivos	1.280	768
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.253)	64.260
Atividades de Investimentos		
Distribuição de Dividendos	153	404
Distribuição de Sobras da Central	731	629
Aquisição de Imobilizado de Uso	(855)	(209)
Aquisição de Investimentos	(884)	(2.916)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(855)	(2.092)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	903	943
Devolução de Capital à Cooperados	(2.955)	(1.432)
Estorno de Capital	-	(1)
Distribuição de sobras para associados	(124)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	(2.176)	(490)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(5.284)	61.678
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas		
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	304.077	222.794
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	298.793	284.472
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(5.284)	61.678

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas (em 30/06/2021 e de 2020 - em milhares de R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CREDITO SUL-LITORANEA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL LITORANEO - SICOOB SUL - LITORÂNEO, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 11/01/1990, filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB SUL - LITORÂNEO, possui 10 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: ICONHA - ES, PIUMA - ES, GUARAPÉRI - ES, ANCHIETA - ES, ITAPEMIRIM - ES, VIANA - ES.

O SICOOB SUL - LITORÂNEO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Classificação de Risco Fitch Rating

A Fitch Ratings em 03 de novembro de 2020 efetuou a classificação de risco da Cooperativa, dessa forma, a sua classificação pela Fitch Rating no curto prazo atingiu a nota F1 (bra), que indica a mais forte capacidade intrínseca de pagamento pontual dos compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa a mais alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo sua classificação é A+(bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <https://www.fitchratings.com/site/brasil>.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 16/07/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação
a) Mudanças em Vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

- o Balanço Patrimonial as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;
- na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;
- os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;
- readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Resolução CMN 4.872/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

c) Mudanças na forma de apresentação nos Demonstrativos Contábeis de 2020

Para efeito comparativo dos valores em 30 de junho de 2020 referente ao Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC), ocorreram reclassificações sem causar prejuízo no resultado divulgado anteriormente. As rubricas contábeis que tiveram alterações foram: Participações nos Resultados de Empregados no montante de R\$ 505 mil e a Provisão dos Juros ao Capital no total de R\$ 947 mil que constavam no grupo de Sobras ou Perdas Antes da Tributação e Participações Ajustado e foram reclassificadas para a rubrica de Outros Passivos no grupo das Atividades Operacionais.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 "Novo Coronavírus"

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Apesar do momento atípico que o País se encontra, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CREDITO SUL-LITORANEA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL LITORANEO junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis
a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por Aplicações interfinanceiras e Títulos e Valores Mobiliários, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras - Centralização financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCO SICOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a

Notas Explicativas (em 30/06/2021 e de 2020 - em milhares de R\$)

manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem, por exemplo: direito de uso de softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada ou pelo contrato de licença.

m) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR/2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos - Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 30 de junho de 2021 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) COVID19 nas demonstrações Contábeis

Não foram identificados impactos relevantes da pandemia da COVID19 nas Demonstrações Contábeis de 30/06/2021 seja de ativos financeiros seja de ativos não financeiros.

y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

z) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2021.

4. Disponibilidades

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidade em Caixa e Depósitos Bancários (a)	8.875	5.731
Caixa	8.875	5.731
Relações interfinanceiras - centralização financeira até 90 dias (b)	289.918	298.346
Centralização financeira	289.918	298.346
Total	298.793	304.077

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme prescreve o art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos. Compreende os depósitos interfinanceiros junto ao Banco Sicoob.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros - Circulante	6.740	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros - Não-Circulante	13.227	19.267
TOTAL	19.967	19.267

Aplicação de garantia junto ao Banco Sicoob concessão de financiamentos a Cooperados.

5.1 Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As receitas recebidas dessa transação resultaram o montante conforme abaixo:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	249	189
TOTAL	249	189

6. Centralização Financeira

Refere-se às disponibilidades de recursos depositados no Sicoob Central ES, que aplica estes valores de forma centralizada, obtendo assim remuneração, onde mensalmente o resultado destas aplicações é recebido pela cooperativa.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Centralização Financeira - Cooperativas	289.918	298.346
TOTAL	289.918	298.346

6.1 Ingressos de Depósitos Intercooperativos

As receitas recebidas dessa transação da centralização financeira resultaram o montante descrito conforme quadro abaixo.

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.064	4.227
TOTAL	4.064	4.227

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento a Depositante	1.111	-	1.111	215	-	215
Empréstimos	99.423	89.898	189.321	84.888	102.379	187.267
Títulos Descontados	15.107	-	15.107	12.123	-	12.123
Financiamentos	19.274	34.175	53.449	13.425	22.459	35.884
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	4.509	11.786	16.295	4.397	8.174	12.571
Total das Operações de Crédito	139.424	135.859	275.283	115.048	133.012	248.060
(-) Provisões para Operações de Crédito	(11.304)	(10.505)	(21.809)	(8.697)	(9.390)	(18.087)
TOTAL	128.120	125.354	253.474	106.351	123.622	229.973

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A/D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total 30/06 de 2021	Provisões 30/06 de 2021	Total em 31/12 de 2020	Provisões 31/12 de 2020
AA -	N	9.438	-	1.118	389	10.945	-	11.897
A 0,5%	N	52.242	1.683	10.404	9.263	73.592	(368)	69.825
B 1%	N	42.459	1.043	14.905	4.922	63.329	(633)	66.525
B 1%	V	433	5	16	-	454	(5)	123
C 3%	N	54.164	1.763	22.617	802	79.346	(2.380)	68.103
C 3%	V	363	75	48	-	486	(15)	543
D 10%	N	19.115	707	2.831	201	22.854	(2.285)	8.132
D 10%	V	450	175	73	-	698	(70)	308
E 30%	N	3.427	354	189	295	4.265	(1.280)	4.857
E 30%	V	1.283	190	178	-	1.651	(495)	1.175
F 50%	N	4.461	104	77	-	4.642	(2.321)	3.355
F 50%	V	592	249	11	-	852	(426)	772
G 70%	N	1.514	13	-	-	1.527	(1.069)	1.674
G 70%	V	503	75	22	-	600	(420)	5.493
H 100%	N	4.001	436	867	423	5.727	(5.727)	3.406
H 100%	V	3.949	273	93	-	4.315	(4.315)	1.872
Total Normal		190.821	6.103	53.008	16.295	266.227	(16.063)	237.774
Total Vencidos		7.573	1.042	441	-	9.056	(5.746)	10.286
Total Geral		198.394	7.145	53.449	16.295	275.283	(21.809)	248.060
Provisões		(17.584)	(1.273)	(2.301)	(651)	(21.809)	-	(18.087)
Total Líquido		180.810	5.872	51.148	15.644	253.474	-	229.973

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a depositante	1.111	-	-	1.111
Cheque Especial/Conta garantida	6.034	-	-	6.034
Empréstimos	27.150	66.239	89.898	183.287
Títulos Descontados	13.263	1.844	-	15.107

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Financiamentos	5.029	14.245	34.175	53.449
Financiamentos Rurais	962	3.547	11.786	16.295
TOTAL	53.549	85.875	135.859	275.283

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	30/06/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	77.150	9.312	-	86.462	31
Setor Privado - Indústria	13.567	1.078	37	14.682	5
Setor Privado - Serviços	80.113	28.568	-	108.681	39
Pessoa Física	34.609	14.462	16.221	65.292	24
Outros	100	29	37	166	1
TOTAL	205.539	53.449	16.295	275.283	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	18.087	13.457
Constituições	5.363	12.246
Transferência para prejuízo	(1.641)	(7.616)
TOTAL	21.809	18.087

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	9.425	3%	10.124	4%
10 Maiores Devedores	51.745	17%	54.736	20%
50 Maiores Devedores	104.105	34%	95.279	34%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	28.006	23.431
Valor das operações transferidas no período	1.641	7.616
Valor das operações recuperadas no período	(2.076)	(2.219)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(165)	(822)
TOTAL	27.406	28.006

h) Rendas com Operações de Crédito:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	847	691
Rendas de Empréstimos	13.912	11.637
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.512	1.889
Rendas de Financiamentos	2.705	2.010
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	82	100
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	138	126
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	130	122
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	-	37
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	2.076	640
TOTAL	21.402	17.252

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Banco Sicoob e Sicoob Central ES.

i) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	(13.883)	(11.104)
Reversão de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	8.856	6.420
Provisões para outros créditos liquidação duvidosa	(469)	(538)
Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	98	161
TOTAL	(5.398)	(5.061)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa deve ser constituída sobre o valor contábil das operações créditos conforme critérios de risco e contábeis determinados na resolução CMN nº 2.682/1999.

8. Outros Ativos Financeiros

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	854	-	854	645	-	645
Rendas a Receber (b)	1.556	-	1.556	1.035	-	1.035
Rendas Serviços arrecadação de convênios	403	-	403	326	-	326
Rendas da Centralização da Administração Financeira	957	-	957	524	-	524
Outras Rendas a Receber	196	-	196	185	-	185
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	9	9	18	23	-	23
Títulos e Créditos a Receber (d)	336	-	336	305	-	305
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	-	1.128	1.128	-	1.113	1.113
Pis - Depósito Judicial	-	171	171	-	171	171
Cofins - Depósito Judicial	-	905	905	-	901	901
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	-	40	40	-	29	29
Outros	-	12	12	-	12	12
TOTAL						

Notas Explicativas (em 30/06/2021 e de 2020 - em milhares de R\$)

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central entre outras.

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou recebidos como pagamento de dívidas.

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados em sua maior representatividade os Valores a Receber de Tarifas.

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo.

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	30/06/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avals e Fianças Honoradas	(537)	-	(537)	(502)	-	(502)
Outros Créditos	(1)	(1)	(2)	(1)	(1)	(2)
Total	(538)	(1)	(539)	(503)	(1)	(504)

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avals e Fianças Honoradas	Devedores por Compra de Valores e Bens	30/06/2021		31/12/2020	
			Total em 30/06/2021	Provisões 30/06/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
D 10% N	-	18	18	(1)	23	(3)
E 30% N	132	-	132	(39)	58	(17)
E 30% V	198	-	198	(59)	72	(22)
F 50% N	7	-	7	(4)	33	(16)
F 50% V	99	-	99	(50)	51	(25)
G 70% N	1	-	1	(1)	1	(1)
G 70% V	107	-	107	(75)	35	(24)
H 100% N	4	-	4	(4)	3	(3)
H 100% V	306	-	306	(306)	393	(393)
Total Normal	144	18	162	(49)	118	(40)
Total Vencidos	710	-	710	(490)	551	(464)
Total Geral	854	18	872	(539)	669	(504)
Provisões	(537)	(2)	(539)		(504)	
Total Líquido	317	16	333		165	

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Ativos Fiscais Correntes são referentes a Impostos e Contribuições a compensar, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Negativo de irpj - Exercícios Anteriores	94	94
IRRF sobre Comissões - Intermediação Financeira	6	-
Contribuição Social - Antecipações	87	-
IRPJ - Antecipações	176	-
Cofins a Compensar	3	3
Pis a Compensar	1	1
TOTAL	367	98

10. Outros Ativos

10.1 Descrição - Curto Prazo	30/06/2021	31/12/2020
Diversos	2.724	682
Antecipação Salariais	217	26
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	8	16
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	1.946	10
Pagamentos a Ressarcir	468	611
Devedores Diversos - País	85	19
Outros Valores e Bens	450	332
Material em Estoque	5	13
Despesa Antecipada (III)	445	319
Sisol - Geração de energia fotovoltaica (a)	254	286
Outras Despesas Antecipadas (b)	191	33
Total - Curto Prazo	3.174	1.014

10.2 Descrição - Longo Prazo	30/06/2021	31/12/2020
Outros Valores e Bens	6.032	1.271
Ativos não Financ Mantidos para Venda - Recebidos (I)	8.466	3.705
Outros Imóveis	8.466	3.705
(-)Prov. Desv. Ativos Não Financ Mant. P Venda - Recebidos (II)	(2.434)	(2.434)
(-) Outros Imóveis	(2.434)	(2.434)
Total - Longo Prazo	6.032	1.271
Total Geral	9.206	2.285

(I) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados em 2021 conforme determina a Carta Circular BCB 3.994/2019.

(II) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens. Até o ano 2020 essas provisões eram registradas na rubrica Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens e foram reclassificados em 2021 conforme determina a Carta Circular BCB 3.994/2019.

(III) Registra-se a aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão, para a instituição, benefícios ou prestação de serviços, em períodos seguintes:

(a) Refere-se participação da Cooperativa no Fundo Sicoob para geração e compartilhamento de energia fotovoltaica - SISOL criado pelo Sicoob Central ES com o objetivo de desenvolver ações de sustentabilidade ambiental que visam, especialmente, a exploração e utilização de fontes renováveis de energia para utilização da cooperativa;

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, licença de softwares, por exemplo.

11. Investimentos

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do **SICOOB CENTRAL ES** e ações do **BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB** (Instituição Financeira Controlada por Cooperativas de Crédito).

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Participações em cooperativa central de crédito - Sicoob Central ES (a)	11.112	10.381
Participações intuição financeira controlada por cooperativa de crédito - Banco Sicoob (b)	6.276	6.123
TOTAL	17.388	16.504

(a) A participação junto ao Sicoob Central ES gerou o montante de sobras recebidas no primeiro semestre de 2021 no valor de R\$ 731 mil. (No mesmo período de 2020 - R\$ 629 mil).

(b) A participação junto ao Banco Sicoob gerou o montante de dividendos recebidos no primeiro semestre de 2021 de R\$ 153 mil (No mesmo período de 2020 foi de R\$ 404 mil).

12. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	487	-	
Instalações	2.488	2.469	10%
(-) Depreciação Acum. de Instalações	(1.952)	(1.832)	
Mobiliários	774	757	10%
(-) Depreciação Acum. de Mobiliários	(473)	(446)	
Máquinas	116	110	10%
(-) Depreciação Acum. de Máquinas	(71)	(67)	
Aparelhos de Refrigeração	406	404	10%
(-) Depreciação Acum. de Aparelhos Refrigeração	(250)	(235)	
Equipamentos de Processamento de Dados	1.699	1.382	20%
(-) Depreciação Acum. de Equipamentos Processamento de Dados	(1.014)	(916)	
Alarme	19	19	10%
(-) Depreciação Acum. de Alarme	(19)	(19)	
Cabines de Segurança	97	98	10%
(-) Depreciação Acum. de Cabines de Segurança	(51)	(46)	
Armas e Equipamentos	180	179	10%
(-) Depreciação Acum. de Armas e Equipamentos	(174)	(170)	
Equipamentos de Vigilância e Segurança	141	138	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Vig. e Segurança	(95)	(90)	
Equipamentos de Comunicação	120	119	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Comunicação	(93)	(86)	
Veículos	241	241	20%
(-) Depreciação Acum. de Veículos	(131)	(109)	
Software e Direito de Uso (b)	370	370	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(355)	(350)	
Total Imobilizado de Uso	6.768	5.916	
Total Intangível	370	370	
Total Depreciação/Amortização	(4.678)	(4.366)	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

(b) Registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

A despesa com depreciação e amortização no primeiro semestre de 2021 foi de R\$ 314 mil (no primeiro semestre 2020 - R\$ 311 mil).

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Depósito à Vista	166.151	161.575
Depósito Sob Aviso	1.355	1.347
Depósito a Prazo - Circulante	247.066	239.618
TOTAL	414.572	402.540

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	13.308	3%	9.436	2%
10 Maiores Depositantes	41.034	10%	36.852	9%
50 Maiores Depositantes	92.136	22%	89.058	21%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(17)	(25)
Despesas de Depósitos a Prazo	(3.052)	(3.534)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(86)	(65)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(75)	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(315)	(228)
TOTAL	(3.545)	(3.852)

14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras. Prescrevem pela Lei nº 11.076/04 as Letras de Crédito do Agronegócio - LCA e a Lei de nº 10.931/04 vinculada as Letras de Crédito Imobiliário - LCI.

Descrição	30/06/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio - LCA (a)	3.848	4.764	8.612	38	7.483	7.521
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário - LCI (b)	721	6.744	7.465	859	3.104	3.963
TOTAL	4.569	11.508	16.077	897	10.587	11.484

(a) A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

(b) A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa emitido com o objetivo de levantar recursos para aplicação em investimentos no setor imobiliário, incluindo aí financiamentos e projetos de reforma e construção.

15. Repasses Interfinanceiros

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	30/06/2021			31/12/2020		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total
Recursos do Banco Sicoob	3.926	11.541	15.467	4.005	8.159	12.164
Recursos do Banco Sicoob - Capital de Giro Livre	-	6.833	6.833	-	7.677	7.677
Total	3.926	18.374	22.300	4.005	15.836	19.841

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

16. Obrigações por empréstimos e repasses

Instituições	30/06/2021		Total	31/12/2020
	Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - acima de 1 ano		
Cooperativa Central - Rotativo	10.318	-	10.318	10.318
Banco Sicoob - Rotativo	-	-	-	1.579
TOTAL	10.318	-	10.318	11.897

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

17. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Relações Interdependências	96	2.355
Cobrança de Terceiros em Trânsito (a)	53	16
Ordens de Pagamento (b)	13	2.310
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (c)	30	29
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (d)	142	-
Operações de Crédito - IOF	136	-
Recebimentos de Tributos Estaduais e Municipais	6	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (e)	318	299
TOTAL	556	2.654

(a) Títulos de cobrança recebido de terceiros para liquidação de contratos.

(b) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

(c) Recebimentos efetuados por conta de terceiros, tais como arrecadação de tributos ou encargos, recebimentos de carnês, bilhetes de seguro, contas de água, luz, telefone e outros a serem repassados.

(d) São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido de tributos de convênios Estaduais e Municipais a serem repassados.

(e) Valores referentes obrigações de pagamento para com os fornecedores da cooperativa.

18. Provisões

Descrição	30/06/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	1.146	80	1.226	921	96	1.016
Provisão Para Contingências (b)	-	1.242	1.242	-	1.187	1.187
TOTAL	1.146	1.322	2.468	921	1.283	2.204

(a) Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobranças concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 30 de Junho de 2021, a cooperativa é responsável por cobranças e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 35.557 mil (R\$ 33.597 mil em 31/12/2020), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais é estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos

Notas Explicativas (em 30/06/2021 e de 2020 - em milhares de R\$)

fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Provisão para Contingências		Provisão para Contingências	
PIS	172		171	
COFINS	905		901	
Trabalhistas	140		90	
Outras Contingências	25		25	
Total	1.242		1.187	

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de pagamento.

19. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais, correntes e diferidas são referentes a Impostos e Contribuições a recolher, classificadas no passivo circulante na conta de Outras Obrigações, assim compostas:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Imposto e contribuições s/ lucros a pagar	11	282
Imposto e contribuições s/ serviços de terceiros	93	83
Imposto e contribuições s/ salários	240	265
IRRF sobre Aplicações Financeiras	32	28
Outros	55	80
TOTAL	431	738

20. Outros Passivos

Os valores demonstrados no quadro abaixo se encontram no Curto Prazo:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	1.343	1.820
Sociais e Estatutárias	5.083	4.773
Provisão Juros ao Capital (b)	793	-
Provisão para Participações nos Lucros (c)	725	1.072
Resultado de Atos com Associados (d)	760	1.196
Cotas de Capital a Pagar (e)	2.805	2.505
Provisão para Pagamentos a Efetuar (f)	1.692	1.168
Despesa de Pessoal	990	597
Água/Energia/Gás	8	10
Aluguéis	43	39
Custódia de Valores e Bens	42	18
Comunicações	12	13
Promoções e Relações Públicas	1	15
Segurança e Vigilância	6	5
Manutenção e Conservação de Bens	3	1
Transporte	41	38
Seguro	22	6
Plano de Saúde	2	3
Compensação	50	65
Seguros a Recolher	2	2
Seguros Prestamista	259	169
Provisão de Cartões a Pagar	109	107
Ordem de Pagamento - Encerramento Conta Salário	38	34
Outras Despesas Administrativas	64	46
Credores Diversos - País (g)	3.253	1.003
Pagamento a Processar	38	5
Cooperativa Central	164	176
Valores a Liquidar - Parcelas Crédito Consignado	-	6
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	27	19
Taxa de Gravames a Repassar	5	2
Cheques Depositados	434	229
Credores Diversos - Liquidação de cobrança	2.440	6
Outros Credores Diversos	145	560
TOTAL	11.371	8.764

(a) São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Refere-se a provisão para pagamento em 31 de dezembro de 2021 dos juros ao capital aos associados.

(c) Consubstanciada pela Lei nº 10.101/00 e acordo coletivo, a cooperativa provisionou o montante de R\$ 535 mil no primeiro semestre de 2021, a título de participação dos empregados nos resultados.

(d) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme prescreve a Lei nº 5.764/1971.

(e) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

(f) Registram-se as provisões para pagamentos de despesas com pessoal e outras despesas administrativas.

(g) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se as responsabilidades da instituição perante pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive resultantes do exercício de mandato, para cuja escrituração não exista conta específica.

21. Instrumentos Financeiros

O SICOOB SUL-LITORÂNEO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial e valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

22. Patrimônio Líquido
a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integrado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em

um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Capital Social	64.202	60.501
Associados	31.887	28.468

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva Estatutária

Saldo constituída com 1% sobre as sobras dos exercícios encerrados referentes ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26/04/2021, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2020**, no valor de R\$ 5.753 mil.

23. Demonstração do resultado de Atos Cooperativos e Não Cooperativos

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop.):

Descrição	30/06/2021			30/06/2020		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	47.327	42.972	4.355	39.180	35.749	3.431
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(22.232)	(21.576)	(656)	(19.622)	(19.074)	(548)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(12.674)	(11.508)	(1.166)	(10.943)	(9.985)	(958)
Resultado Operacional	12.421	9.888	2.533	8.615	6.690	1.925
Outras Receitas	56	-	56	35	-	35
Outras Despesas	(5)	-	(5)	(79)	-	(79)
Outras Receitas e Despesas	51	-	51	(44)	-	(44)
Resultado do Período	12.472	9.888	2.584	8.571	6.690	1.881

24. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio no montante de R\$ 792 mil visando remunerar o capital do associado em 31 de dezembro de 2021. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas - DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

25. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Cobrança	1.341	1.198
Rendas transações Intercredis	298	293
Rendas de Cartões	620	433
Rendas de Convênios	119	102
Rendas de Serviços	626	464
Rendas De Tarifas	388	392
Comissão com Venda De Consórcios	939	409
Comissão com Venda De Seguros	984	1.081
Rendas Recebidas do Banco Sicoob	206	48
Outras Rendas de Prestação de Serviços	28	141
TOTAL	5.549	4.561

26. Rendas de Tarifas

Rendas de tarifas recebidas dos associados conforme tabela de tarifas e pacotes da Cooperativa.

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	846	738
Rendas de Serviços Prioritários - PF	304	327
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	11	9
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	2.625	2.235
TOTAL	3.786	3.309

27. Operações de Empréstimos e Repasses

As despesas relacionadas as transações de empréstimos e repasses resultaram ao final do primeiro semestre de 2021 e mesmo período de 2020 os montantes conforme quadro abaixo:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas com Empréstimos Rotativo ¹	(215)	(97)
Despesas com Empréstimos Rotativo - Sicoob Central ES	(130)	(91)
Despesas com Empréstimos Rotativo - Banco Sicoob	(85)	(6)
Despesas de Repasses Interfinanceiros ²	(337)	(353)
Despesas de Repasses Interfinanceiros - Sicoob Central ES	-	(1)
Despesas de Repasses Interfinanceiros - Banco Sicoob	(337)	(352)
Total	(552)	(450)

¹Empréstimos demonstrados na nota 16.

²Repasses demonstrados na nota 15.

28. Dispêndios e Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(717)	(711)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(652)	(680)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(977)	(929)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.404)	(2.283)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(5)	-
Despesas de Remuneração de Estagiários	(52)	(78)
TOTAL	(4.807)	(4.681)

29. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(176)	(138)
Despesas de Aluguéis	(626)	(566)
Despesas de Comunicações	(196)	(201)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(75)	(60)
Despesas de Material	(139)	(144)
Despesas de Processamento de Dados	(1.053)	(1.055)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(158)	(72)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(47)	(36)
Despesas de Publicações	(6)	(5)
Despesas de Seguros	(17)	(13)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.703)	(1.431)
Despesas de Serviços de Terceiros	(370)	(381)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(426)	(454)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(383)	(245)
Despesas de Transporte	(393)	(322)
Despesas de Viagem no País	(20)	(11)
Despesas de Amortização	(5)	(5)
Despesas de Depreciação	(309)	(306)
Emolumentos judiciais e cartorários	(30)	(30)
Contribuição a OCE	(19)	(19)
Despesas de Rateio Sicoob Central	(809)	(566)
Despesas de Rateio Sicoob Confederação	(183)	(146)
Outras Despesas Administrativas	(279)	(131)
TOTAL	(7.422)	(6.337)

30. Dispêndios e Despesas Tributárias

Referem-se a despesa com tributos e contribuições sobre o Ato Não Cooperativo:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesa com Impostos e Taxas	(26)	(87)
Despesa de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS	(190)	(149)
Despesa Contribuição ao Cofins	(167)	(137)
Despesa Contribuição ao PIS e PASEP	(51)	(45)
TOTAL	(434)	(418)

31. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	526	244
Rendas Juros Cartão de Crédito	803	780
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	121	106
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	232	257
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	102	205
Rendas de Repasses Delcredere	22	15
Dividendos recebidos do Banco Sicoob	153	404
Distribuição de Sobras do Sicoob Central ES	731	629
Outras Rendas Operacionais	49	-
TOTAL	2.739	2.640

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, receitas com cartão de crédito e delcredere.

32. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Descontos Concedidos	(419)	(401)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(276)	(293)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	(51)	(11)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Perdas Operacionais	(12)	(2)
Perdas Fraudes Externas	(104)	(4)
Contribuição ao Fundo de Estabilidade Financeira Sicoob ES	(701)	(529)
Outras Despesas Operacionais	(61)	(57)
TOTAL	(1.624)	(1.297)

São despesas de provisões para descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

33. Despesas com Provisões
33.1 Provisão/Reversão para Passivos Contingentes

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Provisão para Passivos Trabalhistas	(50)	-
TOTAL	(50)	-

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

33.2 Provisão/Reversão para Garantias Prestadas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	(792)	(437)
Reversão de Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	583	421
TOTAL	(209)	(16)

Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. É concedido um aval a diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Notas Explicativas (em 30/06/2021 e de 2020 - em milhares de R\$)

34. Outras Receitas e Despesas

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Lucro em Transações com Ativo Não Financeiro mantidos para Venda (a)	10	29
Ganhos de Capital	6	6
Outras Rendas não Operacionais	40	-
(-) Perdas de Capital	(5)	(79)
Resultado Líquido	51	(44)

35. Resultado Não Recorrente

Não foram identificados resultados não recorrentes no primeiro semestre de 2021, dessa forma, não houve registros.

36. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no primeiro semestre de 2021:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.712	0,51%	78
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	195	0,06%	1
TOTAL	1.907	0,57%	79
Montante das Operações Passivas	304	0,24%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 30/06/2021:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	12	3	0,43%
Conta Garantida	30	9	0,68%
Financiamentos Rurais	41	-	0,25%
Empréstimos	1.085	223	0,59%
Direitos Creditórios Descontados	325	3	2,15%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	305	0,18%	-
Depósitos a Prazo	675	0,27%	0,80% a 100% CDI
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	39	0,24%	91% a 93% CDI

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m
Conta Garantida	5,97% a.m	5,97% a.m
Desconto de Recebíveis PF	1,22% a.m à 3,50% a.m	1,22% a.m à 3,50% a.m
Desconto de Recebíveis PJ	0,99% a.m à 3,50% a.m	0,99% a.m à 3,50% a.m
Empréstimos	0,49% a.m. a 8,20% a.m. CDI+0,00% a.m. a CDI+3,50% a.m.	0,49% a.m. a 8,20% a.m. CDI+0,00% a.m. a CDI+3,50% a.m.
Crédito Rural - Repasses	2,75% a.a. a 10,50% a.a. 0,99% a.m. a 3,99% a.m.	2,75% a.a. a 10,50% a.a. 0,99% a.m. a 3,99% a.m.
Renegociação	CDI + 0,24% a.m. a CDI+1,99% a.m.	CDI + 0,24% a.m. a CDI+1,99% a.m.
Aplicação Financeira – RDC Longo CDI	0,80% a 100% CDI	0,80% a 100% CDI
Aplicações Financeiras – LCA	91% a 93% CDI	91% a 93% CDI

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	55
Conta Garantida	140
Direitos Creditórios Descontados	379
Empréstimos	1.446
Financiamentos	18

e) No primeiro semestre de 2021 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Benefício monetários	30/06/2021
Honorários e Cédula de Presença	611
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Previdência Privada	28

37. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CREDITO SUL-LITORANEA DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL LITORANEO - SICOOB SUL-LITORÂNEO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização

em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiais (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiais, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB SUL-LITORÂNEO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL ES:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Ativo	301.284	309.013
Centralização Financeira	289.918	298.346
Outros Ativos	254	286
Investimentos	11.112	10.381
Passivo	10.482	10.494
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	10.318	10.318
Outros Passivos	164	176

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Receita	4.795	4.857
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.064	4.227
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	731	629
Despesa	1.640	1.242
Operações de Empréstimos e Repasses	130	92
Outras Dispersões e Despesas Administrativas	809	566
Outros Dispersões e Despesas Operacionais	701	554

38. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação e BANCO SICOOB.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Encontra-se disponível no sítio das Cooperativas, seção Relatórios, o Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital - Pilar 3, aplicável às Cooperativas enquadradas nos Segmentos S3 e S4.

38.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

38.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

38.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizados simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

38.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao Centro Cooperativo Sicoob – CCS, a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

38.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Centro Cooperativo Sicoob – CCS realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

39. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

40. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Patrimônio de Referência	116.161	101.748
Margem de Compatibilização	78.395	74.393
Índice da Basileia	32,30%	39,06%
Margem de Imobilização	55.635	48.839

41. Benefícios a Empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ e pela MAPFRE Previdência.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são de forma facultativa, variando de 1% a 8% do salário, além disso, a cooperativa contribui adicionalmente 50% do valor descontado de previdência privada na forma de benefício para o colaborador.

Os valores gastos referentes a benefícios de Previdência Privada efetuados pela Cooperativa totalizaram em 30/06/2021 R\$ 45 mil (30/06/2020 – R\$ 45 mil).

42. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (a)	1.077	1.077	1.072	1.072
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	140	40	90	30
Outros	25	11	25	11
TOTAL	1.242	1.128	1.187	1.113

(a) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB SUL-LITORÂNEO, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 20 mil.

ALFREDO CHAVES-ES, 16 de julho de 2021

Fabrizio Soares Damasceno
Diretor Executivo
CPF: 813.168.287-00

Luzia Ignez Gallina
Diretora Operacional
CPF: 009.745.227-08

Wanderson Vieira da Silveira
Controlador CRC nº 016925/O-0-E
CPF: 099.673.817-79